TJ-PB

LÍNGUA PORTUGUESA

DICA - REESCRITA DE FRASES

EXPRESSÕES PROBLEMÁTICAS

À MEDIDA QUE

- EXPRESSA IDEIA DE **PROPORÇÃO**
- PODE SUBSTITUIR POR "À PROPORÇÃO QUE"
- EX: À MEDIDA QUE O TEMPO PASSA, ELE FICA MAIS FORTE

X

NA MEDIDA EM QUE

- EXPRESSA IDEIA DE **CAUSA**
- PODE TAMBÉM SER USADA COMO CONDIÇÃO OU PROPORÇÃO
- PODE SER SUBSTITUÍDA POR: "UMA VEZ QUE" "VISTO QUE","JÁ QUE",DENTRE OUTROS
- EX: NA MEDIDA EM QUE VOCÊ ESTUDOU, PASSOU NO CONCURSO

OBS: AS BANCAS,EM GERAL, COBRAM MAIS A EXPRESSÃO COM IDEIA DE CAUSA

@CadernodoConcurseiro

TJ-PB

LÍNGUA PORTUGUESA

ACENTUAÇÃO

USO DOS PORQUÊS

POR QUE (PERGUNTA)	👉EQUIVALE A "POR QUAL RAZÃO", "POR QUAL MOTIVO", "PELA QUAL","PELOS QUAIS" EX - POR QUE VOCÊ QUER SER APROVADO NO CONCURSO DA PF? EX - ESTAS SÃO AS RAZÕES POR QUE ESTUDO BASTANTE
POR QUÊ (FIM DE FRASE)	👉É UTILIZADO NO FINAIS DE FRASES, ANTES DE PONTO FINAL,DE INTERROGAÇÃO, DE EXCLAMAÇÃO OU DE RETICÊNCIAS EX - ESTUDO BASTANTE PARA SER APROVADO. SABE POR QUÊ? EX - O CONTRATO NÃO FOI ASSINADO. POR QUÊ?
PORQUE (RESPOSTA)	👉CORRESPONDE A UMA **EXPLICAÇÃO** OU UMA **CAUSA** (POIS,JÁ QUE,UMA VEZ QUE,PORQUANTO..) EX - COMPREI ESTE COMPUTADOR PORQUE É MAIS BARATO EX - ESTUDO PORQUE EU QUERO PASSAR
PORQUÊ (SUBSTANTIVO)	👉EQUIVALE A UM **SUBSTANTIVO**(É ANTECEDIDO DE UM DETERMINANTE) - TEM SIGNIFICADO DE "MOTIVO", "RAZÃO" EX - NÃO SEI O PORQUÊ DESSA ESCOLHA EX - EU SEI O PORQUÊ DA SUA DEDICAÇÃO

TJ-PB

LÍNGUA PORTUGUESA

VERBOS

CONVERSÃO DA VOZ ATIVA PARA A VOZ PASSIVA

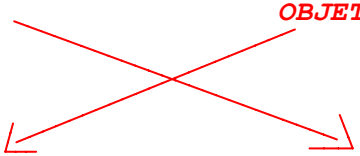
CONVERSÃO DA VOZ ATIVA NA VOZ PASSIVA ANALÍTICA

- O SUJEITO SE TRANSFORMA EM AGENTE DA PASSIVA
- O OBJETO DIRETO SE TRANSFORMA NO SUJEITO DA PASSIVA
- O VERBO TRANSITIVO SE TRANSFORMA EM LOCUÇÃO VERBAL

EXEMPLO:

O TREINADOR ALTEROU O HORÁRIO DO JOGO

SUJEITO — OBJETO DIRETO



O HORÁRIO DO JOGO FOI ALTERADO PELO TREINADOR

SUJEITO PACIENTE — (SER + PARTICÍPIO) — AGENTE DA PASSIVA

- O SUJEITO (O TREINADOR) PASSA PARA AGENTE DA PASSIVA (PELO TREINADOR)
- O OBJETO DIRETO PASSA PARA SUJEITO DA PASSIVA (O HORÁRIO DO JOGO)
- O VERBO TRANSITIVO (ALTEROU) PASSA PARA LOCUÇÃO VERBAL (FOI ALTERADO)

TJ-PB

LÍNGUA PORTUGUESA

SINTAXE

ADJUNTO ADNOMINAL x COMPLEMENTO NOMINAL

ADJUNTO ADNOMINAL	COMPLEMENTO NOMINAL
SOMENTE SE LIGA A: ✓SUBSTANTIVOS CONCRETOS E ABSTRATOS	SE LIGA A: ✓SUBSTANTIVOS ABSTRATOS ✓ADJETIVOS ✓ADVÉRBIOS
PODE SER OU NÃO PREPOSICIONADO	É NECESSARIAMENTE PREPOSICIONADO
PRINCIPAL PEGADINHA DE PROVA PARA CONFUNDIR OS DOIS: NO CASO DE SUBSTANTIVO ABSTRATO COM TERMO PREPOSICIONADO "DE". NESSE CASO, VEJA COMO DISTINGUIR:	
◆TERMO PREPOSICIONADO TEM SENTIDO AGENTE: SERÁ ADJUNTO ADNOMINAL	◆TERMO PREPOSICIONADO TEM SENTIDO PACIENTE: SERÁ COMPLEMENTO NOMINAL
◆SUBSTITUÍVEL POR UMA PALAVRA ÚNICA (UM ADJETIVO EQUIVALENTE) ◆PODE INDICAR POSSE	◆NÃO É SUBSTITUÍVEL POR UMA PALAVRA ÚNICA (ADJETIVO EQUIVALENTE) ◆NÃO PODE INDICAR POSSE
EX: O CONSUMO DOS BRASILEIROS (OS BRASILEIROS CONSOMEM - AGENTE)	EX: O CONSUMO DE PÃO (O PÃO É CONSUMIDO - PACIENTE)

TJ-PB

INFORMÁTICA

WINDOWS

SELEÇÃO DE MÚLTIPLOS ARQUIVOS

👉O WINDOWS PERMITE A SELEÇÃO DE MÚLTIPLOS ARQUIVOS POR MEIO DO USO DAS TECLAS **SHIFT E CTRL.**

- **SHIFT** → SELECIONA UM INTERVALO DE ARQUIVOS ADJACENTES/SEQUENCIAIS
- **CTRL** → SELECIONA ARQUIVOS DE FORMA ALEATÓRIA, NÃO ADJACENTE

EXPLORADOR DE ARQUIVOS

👉FERRAMENTA QUE PERMITE GERENCIAR ARQUIVOS, PASTAS E CONEXÕES DE REDE, ASSIM COMO REALIZAR PESQUISAS.

- UTILIZADO PARA A CÓPIA, EXCLUSÃO, ORGANIZAÇÃO, MOVIMENTAÇÃO E TODAS AS ATIVIDADES DE GERENCIAMENTO DE ARQUIVOS
- ATÉ O WINDOWS 8 ERA CHAMADO DE WINDOWS EXPLORER
- **ATALHO** → **WINKEY + E**

@CadernodoConcurseiro

TJ-PB

INFORMÁTICA

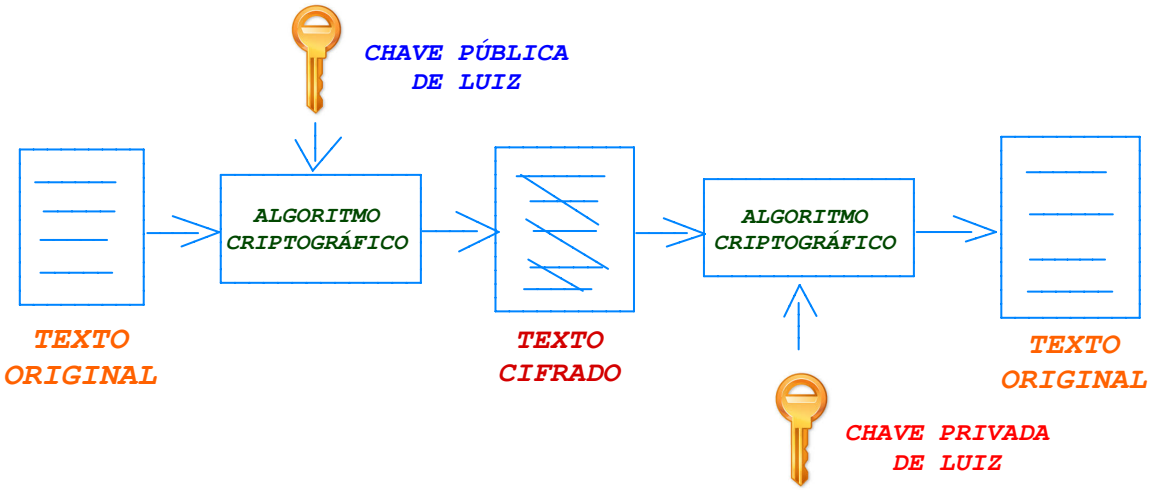
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

CRIPTOGRAFIA

CRIPTOGRAFIA ASSIMÉTRICA

👉USA UMA CHAVE PÚBLICA E UMA CHAVE PRIVADA QUE FORMAM UM PAR EXCLUSIVO

👉A CHAVE PÚBLICA É DISPONIBILIZADA PARA QUALQUER UM E A CHAVE PRIVADA É DE USO RESTRITO E PESSOAL DE UM USUÁRIO ESPECÍFICO



👉NO CASO ACIMA, TEREMOS A CONFIDENCIALIDADE GARANTIDA, POIS:

🔷O EMISSOR UTILIZOU A CHAVE PÚBLICA DO RECEPTOR (LUIZ) PARA CRIPTOGRAFAR

🔴E O RECEPTOR UTILIZOU SUA CHAVE PRIVADA PARA DESCRIPTOGRAFAR

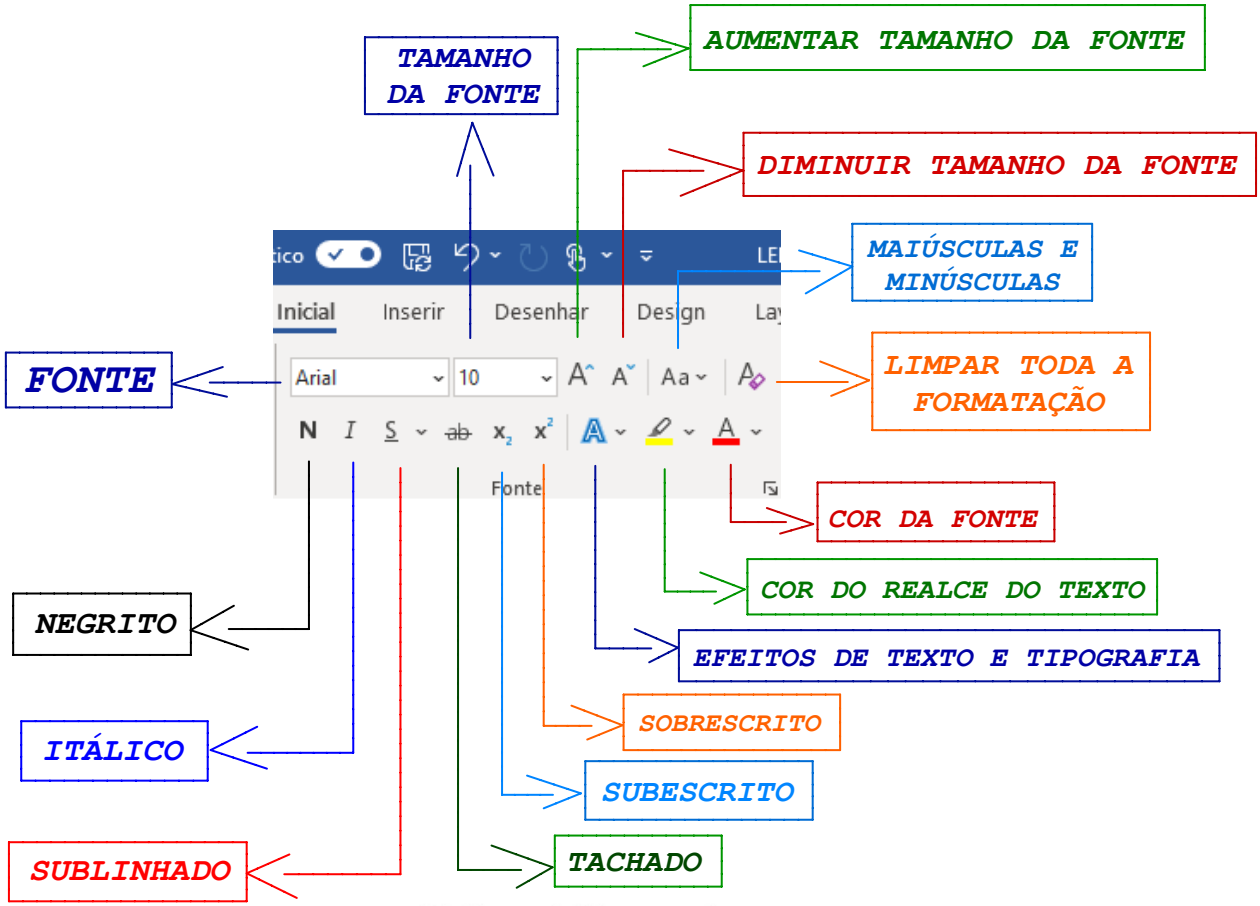
TJ-PB

INFORMÁTICA

MICROSOFT WORD

GUIA PÁGINA INICIAL

FONTE



@CadernodoConcurseiro

TJ-PB

ÉTICA

ÉTICA E MORAL

CLASSIFICAÇÕES DA ÉTICA

ÉTICA EMPÍRICA	👉TEM COMO BASE A CONSTATAÇÃO DA VIDA MORAL DOS SERES HUMANOS. NÃO SE QUESTIONA O QUE A PESSOA DEVE FAZER, MAS SIM O QUE EFETIVAMENTE FAZ
ÉTICA DOS BENS	👉O COMPORTAMENTO HUMANO É ORIENTADO PELA BUSCA DE UM BEM
ÉTICA FORMAL	👉A AÇÃO ÉTICA É AQUELA NA QUAL SE BUSCA O SIMPLES RESPEITO PELO DEVER
ÉTICA DOS VALORES	👉O PAPEL DA ÉTICA É POSSIBILITAR A DESCOBERTA DOS VALORES (COMPREENDIDO COMO A QUALIDADE ATRIBUÍDA A UM BEM). DIVIDE-SE EM ÉTICA DA CONVICÇÃO E DA RESPONSABILIDADE 👉**CONVICÇÃO:** TAMBÉM CONHECIDA COMO ÉTICA DO VALOR ABSOLUTO. OS VALORES ELEITOS PELA PESSOA PODEM DETERMINAR O COMPORTAMENTO. O CONCEITO DE ÉTICA É PAUTADO EM VALORES INEGOCIÁVEIS, QUE DEVEM SER SEGUIDOS INVARIAVELMENTE POR TODOS OS INDIVÍDUOS 👉**RESPONSABILIDADE:** COLOCA OS VALORES EM GRAU DE HIERARQUIA, SEM ATRIBUIR-LHES CARÁTER ABSOLUTO. PERMITE MINIMAMENTE UM GRAU DE FLEXIBILIZAÇÃO, A DEPENDER DO CONTEXTO E DOS DEMAIS VALORES ENVOLVIDOS NA SITUAÇÃO CONCRETA.ATENTA-SE AO PROPÓSITO/ESCOPO E AOS RESULTADOS DO COMPORTAMENTO

TJ-PB

ÉTICA

ÉTICA E MORAL

PRINCÍPIOS, VALORES E VIRTUDES

PRINCÍPIOS	✓SÃO MANDAMENTOS UNIVERSAIS, COMUNS A TODOS OS INDIVÍDUOS E GRUPOS. ✓OS PRINCÍPIOS SÃO JUÍZOS ABSTRATOS DE VALOR QUE ORIENTAM A INTERPRETAÇÃO E A APLICAÇÃO DAS REGRAS.
VALORES	✓SÃO NORMAS OU PADRÕES SOCIAIS GERALMENTE ACEITOS POR DETERMINADO INDIVÍDUO OU SOCIEDADE, OU SEJA, DEPENDEM DO CONTEXTO CULTURAL NO QUAIS ESTÃO INSERIDOS. ✓OS VALORES SÃO PESSOAIS, SUBJETIVOS E RELATIVOS. EXEMPLO DE VALORES: HONESTIDADE E ALTRUÍSMO.
VIRTUDES	✓SÃO DISPOSIÇÕES CONSTANTES DO ESPÍRITO, AS QUAIS, POR UM ESFORÇO DA VONTADE, INCLINAM À PRÁTICA DO BEM. 👉ARISTÓTELES AFIRMA QUE HÁ DUAS ESPÉCIES DE VIRTUDES: A INTELECTUAL E A MORAL. ✓A INTELECTUAL É ADQUIRIDA POR MEIO DO ENSINO, A QUAL NECESSITA DE EXPERIÊNCIA E TEMPO. ✓A MORAL É ADQUIRIDA COMO RESULTADO DO HÁBITO, QUE DETERMINA NOSSO COMPORTAMENTO COMO BOM OU RUIM.

TJ-PB

DIREITO CONSTITUCIONAL

DICA - DIREITOS FUNDAMENTAIS

DIREITO À VIDA

DIREITO À VIDA

- DIREITO DE CONTINUAR VIVO
- DIREITO A TER UMA VIDA DIGNA
- MÍNIMO EXISTENCIAL → É A MÍNIMA PROTEÇÃO SOCIAL PARA QUE A PESSOA TENHA UMA VIDA DIGNA
- EM CASO DE GUERRA DECLARADA → A CF ADMITE A PENA DE **MORTE**
- CF - NINGUÉM SERÁ SUBMETIDO À TORTURA NEM A TRATAMENTO DESUMANO OU DEGRADANTE
- STF
  - NÃO OFENDE O DIREITO À VIDA A PESQUISA COM CÉLULAS-TRONCO EMBRIONÁRIAS
  - NÃO VIOLA O DIREITO À VIDA A INTERRUPÇÃO DA GRAVIDEZ DE FETO ANENCÉFALO

@CadernodoConcurseiro

TJ-PB

DIREITO CONSTITUCIONAL

DICA - DIREITOS FUNDAMENTAIS

MANDADOS DE CRIMINALIZAÇÃO

👉SÃO NORMAS PARA QUE O LEGISLADOR TIPIFIQUE DETERMINADAS CONDUTAS

CRIMES	INAFIANÇÁVEIS	IMPRESCRITÍVEIS	INSUSCITIVEIS DE GRAÇA OU ANISTIA
TERRORISMO/ TORTURA/TRÁFICO DE DROGAS + CRIMES HEDIONDOS	✅	❌	✅
RACISMO + AÇÃO DE GRUPOS ARMADOS	✅	✅	❌

OBS: A CF NÃO TIPIFICA CRIMES

TJ-PB

DIREITO CONSTITUCIONAL

PODER JUDICIÁRIO

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

- **MANDATO DOS MEMBROS**
  - 2 ANOS
  - PODE UMA RECONDUÇÃO
- **PRESIDENTE DO CNJ**
  - PRESIDENTE DO **STF**
  - NO CASO DE AUSÊNCIA E IMPEDIMENTO EXERCE O VICE-PRESIDENTE DO STF
- **MEMBROS DO CNJ**
  - NOMEADOS PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
  - APÓS APROVAÇÃO DO SENADO (MAIORIA ABSOLUTA)
- **MINISTRO DO STJ**
  - EXERCE A FUNÇÃO DE MINISTRO CORREGEDOR
- **PGR E PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DA OAB**
  - OFICIARÃO JUNTO AO CNJ

@CadernodoConcurseiro

TJ-PB

DIREITO CONSTITUCIONAL

REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS

PEGADINHAS MAIS COBRADAS EM PROVA

SEGURIDADE SOCIAL	PREVIDÊNCIA SOCIAL
PRIVATIVA DA UNIÃO	CONCORRENTE

DIREITO PROCESSUAL	PROCEDIMENTOS EM MATÉRIA PROCESSUAL
PRIVATIVA DA UNIÃO	CONCORRENTE

DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL	EDUCAÇÃO
PRIVATIVA DA UNIÃO	CONCORRENTE

TRÂNSITO E TRANSPORTE	POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PARA SEGURANÇA DO TRÂNSITO
PRIVATIVA DA UNIÃO	COMUM

TJ-PB

DIREITO ADMINISTRATIVO

NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

DAS PENAS

ENRIQUECIMENTO ILÍCITO	PREJUÍZO AO ERÁRIO	VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS
RESSARCIMENTO INTEGRAL DO DANO (SE HOUVER DANO EFETIVO)		
PERDA DOS BENS ACRESCIDOS ILICITAMENTE	PERDA DOS BENS ACRESCIDOS ILICITAMENTE (SE CONCORRER ESTA CIRCUNSTÂNCIA)	✗
PERDA DA FUNÇÃO PÚBLICA	PERDA DA FUNÇÃO PÚBLICA	✗
SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS DE ATÉ 14 ANOS	SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS DE ATÉ 12 ANOS	✗
MULTA CIVIL IGUAL AO VALOR DO ACRÉSCIMO PATRIMONIAL (AUMENTÁVEL ATÉ O DOBRO)	MULTA CIVIL IGUAL AO VALOR DO DANO (AUMENTÁVEL ATÉ O DOBRO)	MULTA CIVIL DE ATÉ 24 VEZES VALOR DA REMUNERAÇÃO DO AGENTE (AUMENTÁVEL ATÉ O DOBRO)
PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO OU DE RECEBER BENEFÍCIOS, PELO PRAZO NÃO SUPERIOR A 14 ANOS (AINDA QUE POR INTERMÉDIO DE PESSOA JURÍDICA DA QUAL SEJA SÓCIO MAJORITÁRIO)	PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO OU DE RECEBER BENEFÍCIOS, PELO PRAZO NÃO SUPERIOR A 12 ANOS (AINDA QUE POR INTERMÉDIO DE PESSOA JURÍDICA DA QUAL SEJA SÓCIO MAJORITÁRIO)	PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO OU DE RECEBER BENEFÍCIOS, PELO PRAZO NÃO SUPERIOR A 4 ANOS (AINDA QUE POR INTERMÉDIO DE PESSOA JURÍDICA DA QUAL SEJA SÓCIO MAJORITÁRIO)

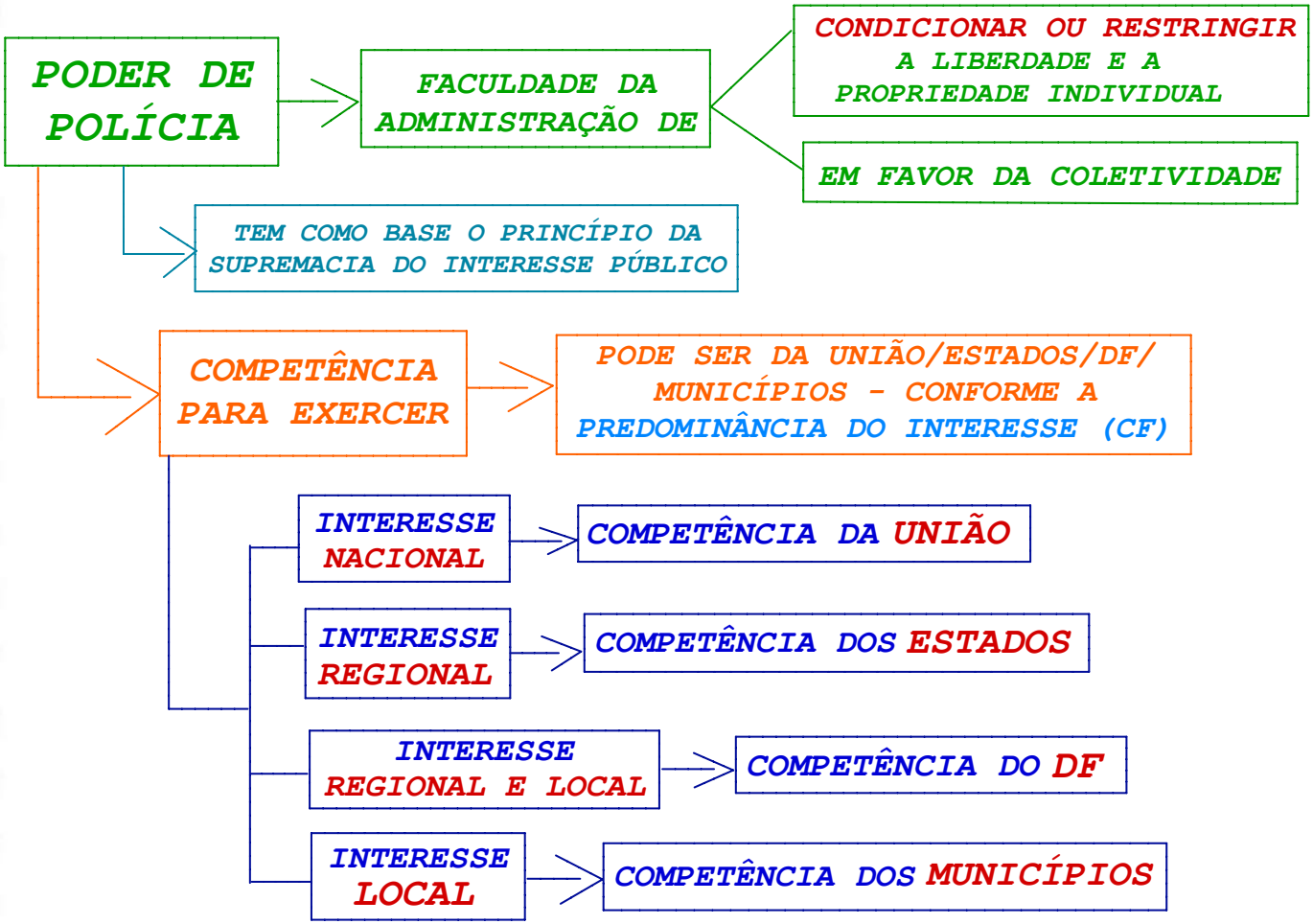
@CadernodoConcurseiro

TJ-PB

DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA - PODERES ADMINISTRATIVOS

PODER DE POLÍCIA



@CadernodoConcurseiro

TJ-PB

DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA – ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

AUTARQUIAS (I)

CARACTERÍSTICAS



@CadernodoConcurseiro

TJ-PB

DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA - ATOS ADMINISTRATIVOS

COMPETÊNCIAS (II)
DELEGAÇÃO E AVOCAÇÃO

DELEGAÇÃO

- ATRIBUIR A TERCEIRO PARCELA DE SUA ATRIBUIÇÕES
- NÃO DEPENDE DE SUBORDINAÇÃO
- ATO DISCRICIONÁRIO E REVOGÁVEL A QUALQUER TEMPO
- O ATO DE DELEGAÇÃO E SUA REVOGAÇÃO DEVERÃO SER PUBLICADOS NO MEIO OFICIAL
- NÃO PODEM SER OBJETO DE DELEGAÇÃO

CE	COMPETÊNCIA EXCLUSIVA
NO	ATOS NORMATIVOS
RA	RECURSOS ADMINISTRATIVOS

AVOCAÇÃO

- ATRAIR PARA SI A COMPETÊNCIA DE UM SUBORDINADO
  - DEPENDE DE SUBORDINAÇÃO
- MEDIDA EXCEPCIONAL E TEMPORÁRIA
- DEVE SER JUSTIFICADO
- NÃO PODE COMPETÊNCIA EXCLUSIVA

@CadernodoConcurseiro

TJ-PB

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

TUTELA PROVISÓRIA

DISPOSIÇÕES GERAIS

TUTELA PROVISÓRIA → PODE FUNDAMENTAR-SE EM **URGÊNCIA OU EVIDÊNCIA**

- A TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA, CAUTELAR OU ANTECIPADA → PODE SER CONCEDIDA EM CARÁTER **ANTECEDENTE** OU **INCIDENTAL**
- A TUTELA PROVISÓRIA REQUERIDA EM CARÁTER INCIDENTAL → **INDEPENDE** DO PAGAMENTO DE CUSTAS
- A TUTELA PROVISÓRIA **CONSERVA** SUA EFICÁCIA NA PENDÊNCIA DO PROCESSO → MAS PODE, A QUALQUER TEMPO, SER **REVOGADA** OU **MODIFICADA**
- A TUTELA PROVISÓRIA CONSERVARÁ A EFICÁCIA DURANTE O PERÍODO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO → SALVO DECISÃO JUDICIAL EM CONTRÁRIO

@CadernodoConcurseiro

TJ-PB

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

COMPETÊNCIA

MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA

A COMPETÊNCIA RELATIVA PODERÁ MODIFICAR-SE → PELA CONEXÃO OU PELA CONTINÊNCIA

REPUTAM-SE CONEXAS 2 OU MAIS AÇÕES → QUANDO LHES FOR COMUM O PEDIDO OU A CAUSA DE PEDIR

OS PROCESSOS DE AÇÕES CONEXAS SERÃO REUNIDOS PARA DECISÃO CONJUNTA → SALVO SE UM DELES JÁ HOUVER SIDO SENTENCIADO

APLICA-SE O DISPOSTO ACIMA
- À EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL E À AÇÃO DE CONHECIMENTO RELATIVA AO MESMO ATO JURÍDICO
- ÀS EXECUÇÕES FUNDADAS NO MESMO TÍTULO EXECUTIVO

SERÃO REUNIDOS PARA JULGAMENTO CONJUNTO OS PROCESSOS
- QUE POSSAM GERAR RISCO DE PROLAÇÃO DE DECISÕES CONFLITANTES OU CONTRADITÓRIAS CASO DECIDIDOS SEPARADAMENTE
- MESMO SEM CONEXÃO ENTRE ELES

@CadernodoConcurseiro

TJ-PB

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

RECURSOS

DISPOSIÇÕES GERAIS

DESISTÊNCIA

- O RECORRENTE PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, SEM A ANUÊNCIA DO RECORRIDO OU DOS LITISCONSORTES, DESISTIR DO RECURSO
- IMPEDE O DIREITO DE RECORRER
- INDEPENDE DE ACEITAÇÃO
- SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA

DOS DESPACHOS NÃO CABE RECURSO

A DESISTÊNCIA DO RECURSO NÃO IMPEDE A ANÁLISE DE QUESTÃO CUJA REPERCUSSÃO GERAL JÁ TENHA SIDO RECONHECIDA E DAQUELA OBJETO DE JULGAMENTO DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS OU ESPECIAIS REPETITIVOS

RENÚNCIA

- EXTINGUE O DIREITO DE RECORRER
- INDEPENDE DE ACEITAÇÃO
- INDEPENDE DE SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA

A PARTE QUE ACEITAR EXPRESSA OU TACITAMENTE A DECISÃO NÃO PODERÁ RECORRER.

CONSIDERA-SE ACEITAÇÃO TÁCITA A PRÁTICA, SEM NENHUMA RESERVA, DE ATO INCOMPATÍVEL COM A VONTADE DE RECORRER.

TJ-PB

DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - INQUÉRITO POLICIAL

CARACTERÍSTICAS

ESCRITO → TODOS OS ATOS DEVERÃO SER **ESCRITOS**

INDISPONÍVEL → AUTORIDADE POLICIAL **NÃO PODE** MANDAR ARQUIVAR O INQUÉRITO

INQUISITIVO → **NÃO HÁ** CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA

DISPENSÁVEL → A PROPOSITURA DA AÇÃO PENAL PODE SER REALIZADA SEM ELE

DISCRICIONÁRIO → CABE A AUTORIDADE POLICIAL CONDUZIR O INQUÉRITO DA MANEIRA QUE ENTENDER SER MELHOR PARA AS INVESTIGAÇÕES

OFICIAL → CONDUZIDA POR ÓRGÃO OFICIAL

SIGILOSO → DEVE TRAMITAR EM SIGILO PARA ELUCIDAÇÃO DOS FATOS

OFICIOSO → DEVE SER INSTAURADO DE **OFÍCIO** NOS CRIMES DE AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA

"EI IDDOSO"



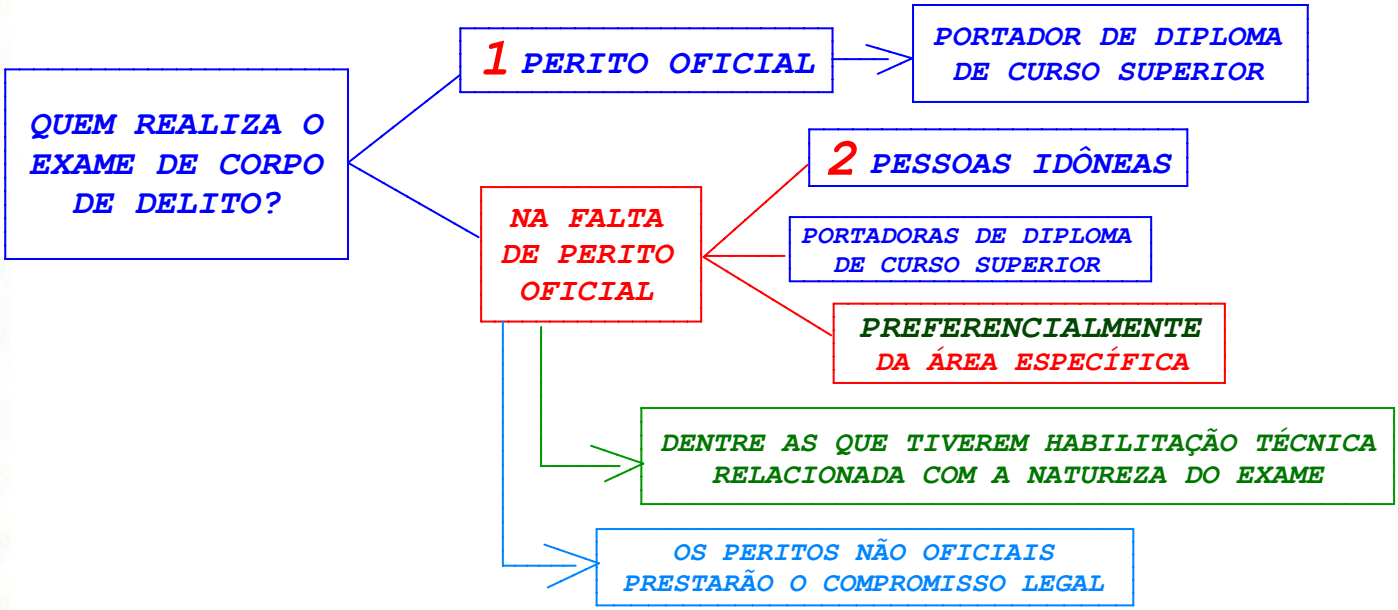
@CadernodoConcurseiro

TJ-PB

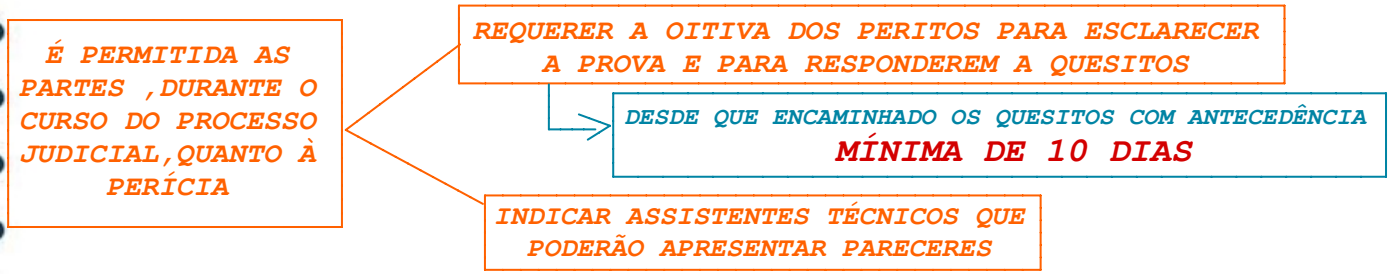
DIREITO PROCESSUAL PENAL

DO EXAME DE CORPO DE DELITO

QUEM REALIZA O EXAME DE CORPO DE DELITO?



OITIVA DOS PERITOS E INDICAÇÃO DE ASSISTENTES TÉCNICOS



@CadernodoConcurseiro

TJ-PB

DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - PRISÃO EM FLAGRANTE

MODALIDADES DE FLAGRANTE

(ALGUNS TAMBÉM CHAMAM DE ESPÉCIES DE FLAGRANTE)

(VÁLIDA)

FLAGRANTE ESPERADO

- A AUTORIDADE SABE QUE SERÁ PRATICADA UMA INFRAÇÃO PENAL
- E ESPERA PARA PROCEDER À PRISÃO EM FLAGRANTE

(INVÁLIDA)

FLAGRANTE PREPARADO OU PROVOCADO

- AGENTE É INDUZIDO A COMETER O DELITO
- NÃO HÁ CRIME QUANDO A PREPARAÇÃO DO FLAGRANTE PELA POLÍCIA TORNA IMPOSSÍVEL SUA CONSUMAÇÃO

FLAGRANTE PRORROGADO/ DIFERIDO/RETARDADO

(ADMITIDA EM LEIS ESPECIAS)

- A AUTORIDADE RETARDA A REALIZAÇÃO DA PRISÃO
- COM O INTUITO DE OBTER MAIS INFORMAÇÕES E CAPTURAR MAIS INTEGRANTES

FLAGRANTE FORJADO

(ILEGAL)

- NÃO OCORRE O FATO TÍPICO
- A AUTORIDADE POLICIAL SIMULA PARA INCRIMINAR FALSAMENTE ALGUÉM

@CadernodoConcurseiro

TJ-PB

DIREITO CIVIL

PESSOAS JURÍDICAS

DISPOSIÇÕES GERAIS

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

- EM CASO DE ABUSO DA PERSONALIDADE JURÍDICA, CARACTERIZADO PELO DESVIO DE FINALIDADE OU PELA CONFUSÃO PATRIMONIAL
- PODE O JUIZ, A REQUERIMENTO DA PARTE, OU DO MINISTÉRIO PÚBLICO QUANDO LHE COUBER INTERVIR NO PROCESSO
- DESCONSIDERÁ-LA PARA QUE OS EFEITOS DE CERTAS E DETERMINADAS RELAÇÕES DE OBRIGAÇÕES SEJAM ESTENDIDOS AOS BENS PARTICULARES DE ADMINISTRADORES OU DE SÓCIOS DA PESSOA JURÍDICA BENEFICIADOS DIRETA OU INDIRETAMENTE PELO ABUSO.

DESVIO DE FINALIDADE → É A UTILIZAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA COM O PROPÓSITO DE LESAR CREDORES E PARA A PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS DE QUALQUER NATUREZA

TJ-PB

DIREITO CIVIL

PESSOAS NATURAIS

DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE

SERÃO REGISTRADOS EM REGISTRO PÚBLICO

- OS NASCIMENTOS, CASAMENTOS E ÓBITOS
- A EMANCIPAÇÃO POR OUTORGA DOS PAIS OU POR SENTENÇA DO JUIZ
- A INTERDIÇÃO POR INCAPACIDADE ABSOLUTA OU RELATIVA
- A SENTENÇA DECLARATÓRIA DE AUSÊNCIA E DE MORTE PRESUMIDA

FAR-SE-Á AVERBAÇÃO EM REGISTRO PÚBLICO

- DAS SENTENÇAS QUE DECRETAREM A NULIDADE OU ANULAÇÃO DO CASAMENTO, O DIVÓRCIO, A SEPARAÇÃO JUDICIAL E O RESTABELECIMENTO DA SOCIEDADE CONJUGAL
- DOS ATOS JUDICIAIS OU EXTRAJUDICIAIS QUE DECLARAREM OU RECONHECEREM A FILIAÇÃO

@CadernodoConcurseiro

TJ-PB

DIREITO PENAL

DICA - CRIMES CONTRA A VIDA

HOMICÍDIO



@CadernodoConcurseiro

TJ-PB

DIREITO PENAL

DICA - CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

CRIMES FUNCIONAIS PRÓPRIOS X IMPRÓPRIOS

CRIMES FUNCIONAIS PRÓPRIOS

- AUSENTE A CONDIÇÃO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO
- O FATO PASSA A SER CONSIDERADO IRRELEVANTE NA ESFERA PENAL, ISTO É, **ABSOLUTAMENTE ATÍPICO**

EXEMPLO - CRIME DE CORRUPÇÃO PASSIVA → CASO PRATICADO APENAS POR PARTICULAR, SERÁ CONSIDERADO UM FATO ATÍPICO

CRIMES FUNCIONAIS IMPRÓPRIOS

- AUSENTE A CONDIÇÃO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO
- SUBSISTIRÁ UM CRIME **DIVERSO** DO CRIME FUNCIONAL

EXEMPLO: PECULATO-FURTO → CASO PRATICADO APENAS POR PARTICULAR, RESPONDERÁ PELO CRIME DE FURTO

@CadernodoConcurseiro

TJ-PB

DIREITO PENAL

DICA - CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

PREVARICAÇÃO

PREVARICAÇÃO

- RETARDAR OU DEIXAR DE PRATICAR, INDEVIDAMENTE, ATO DE OFÍCIO
- OU PRATICÁ-LO CONTRA DISPOSIÇÃO EXPRESSA DE LEI
- PARA SATISFAZER INTERESSE OU SENTIMENTO **PESSOAL**

CRIME PRÓPRIO: SÓ PODE PRATICAR FUNCIONÁRIO PÚBLICO

PREVARICAÇÃO IMPRÓPRIA

- DEIXAR O **DIRETOR DE PENITENCIÁRIA E/OU AGENTE PÚBLICO**
- DE CUMPRIR SEU DEVER DE VEDAR AO PRESO O ACESSO AO APARELHO TELEFÔNICO, DE RÁDIO OU SIMILAR
- QUE PERMITA A COMUNICAÇÃO COM OUTROS PRESOS OU COM O AMBIENTE EXTERNO

TJ-PB

DIREITOS HUMANOS

TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS

DIREITOS HUMANOS X DIREITOS FUNDAMENTAIS

DIREITOS HUMANOS

- SÃO OS DIREITOS E VALORES PROTEGIDOS EM ÂMBITO **INTERNACIONAL** A FIM DE ASSEGURAR A DIGNIDADE HUMANA A TODOS OS HOMENS
- SÃO CONHECIDOS COMO NORMAS **JUS COGENS**
  - ISTO É, NORMAS IMPERATIVAS, DE APLICABILIDADE **OBRIGATÓRIA**
  - EM RAZÃO DE SUA SUPERIORIDADE DIANTE DAS DEMAIS NORMAS

DIREITOS FUNDAMENTAIS

- SÃO OS DIREITOS **INCORPORADOS PELOS PAÍSES E POSITIVADOS** NO SEU ORDENAMENTO JURÍDICO INTERNO
- SÃO COMUMENTE ENCONTRADOS EM SUAS CONSTITUIÇÕES
- HÁ DIREITOS FUNDAMENTAIS QUE PODEM SER RESTRINGIDOS PELA CF/88 OU POR NORMA INFRACONSTITUCIONAL QUE ESTEJA DE ACORDO COM ELA
- PESSOA JURÍDICA TEM TITULARIDADE DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NO QUE FOR COMPATÍVEL

OBS:
ANIMAIS NÃO SÃO TITULARES DE DIREITOS FUNDAMENTAIS PORÉM, SÃO OBJETO DE TUTELA CONSTITUCIONAL

TJ-PB

DIREITOS HUMANOS

CONSTITUIÇÃO FEDERAL E OS DIREITOS HUMANOS

INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA (IDC)

IDC

- LEGITIMIDADE - PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA (PGR)
- QUANDO CONSTATADA GRAVE VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS (NÃO É QUALQUER VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS)
- PGR SUSCITA IDC PARA QUE O PROCESSO QUE TRAMITE NA JUSTIÇA ESTADUAL OU NA JUSTIÇA ESPECIAL SEJA ENCAMINHADO À JUSTIÇA **FEDERAL**
- ESSE INCIDENTE É DIRECIONADO AO **STJ** (NÃO É STF, CUIDADO!)
- ESSE DESLOCAMENTO PODE OCORRER NO INQUÉRITO OU NA FASE PROCESSUAL
- IMPRESCINDÍVEL A DEMONSTRAÇÃO DE QUE AS INSTÂNCIAS LOCAIS NÃO FORAM SUFICIENTES PARA DAR RESPOSTAS ÀS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS
- TEM COMO OBJETIVO ASSEGURAR O CUMPRIMENTO E OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS DOS QUAIS O BRASIL SEJA PARTE
- FOI INCLUÍDO NA CF PELA EC 45/2004